

**HABEAS CORPUS Nº 547.990 - SC (2019/0353863-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : CLEVERSON FERREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CLEVERSON FERREIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no Agravo de Execução Penal n.º 0009409-69.2019.8.24.0008.

Consta dos autos que o Juiz de Direito da 3.ª Vara Criminal da Comarca de Blumenau deferiu remição de pena ao ora Paciente, em razão da aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio, no importe de 5 (cinco) dias (fls. 28-30).

Irresignado, o Apenado interpôs agravo de execução perante o Tribunal *a quo*, objetivando a possibilidade de remição de 133 (cento e trinta e três) dias.

A Corte de origem negou provimento ao recurso, nos termos do acórdão de fls. 64-68.

Neste *writ*, a Defesa sustenta, em síntese, que o Paciente obteve o direito a apenas 5 (cinco) dias de remição da pena, "*quando, em verdade, o período a ser remido é de 133 dias, conforme Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça* (fls. 6-7). Destaca que (fl. 14):

*"Considerando-se que o PACIENTE foi aprovado em 5 áreas de conhecimento e tem direito à remição de 133 dias de pena, e não a apenas 5 dias, requer sejam descontados os 3 dias de remição já concedidos em razão das 45 horas de estudo durante o 2.º semestre letivo de 2018 perante o CEJA – Centro de Educação de jovens e Adultos de Blumenau (fls. 544-548 do PEC) —, para o fim de declarar a remição total no importe de 130 dias de pena decorrentes da aprovação total no ENCCEJA (ensino médio)."*

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento do direito à remição de 130 (cento e trinta) dias da reprimenda decorrente da aprovação total no ENCCEJA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária e prelibatória, não reputo configurado um dos requisitos para o deferimento da medida urgente requerida, pois a Parte Impetrante não demonstrou a configuração do requisito do *periculum in mora* – ônus que compete à Defesa –, já que não esclareceu, concretamente, de que forma a concessão da medida urgente refletiria na situação prisional do Paciente de forma a ampará-lo imediatamente.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Encontrando-se os autos devidamente instruídos, dispenso as informações da Autoridade Impetrada.

Ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora